

Reunião da Câmara Temática Motocicleta (on-line)

Data: 21/09/2021

Hora: 10h00

Participante – Poder Público

- Alexandra – CET
- Amelia - DETRAN
- Dalva Vieira Francisco – CET
- Franciele Regina Balen - DETRAN
- Ilana – CET
- Jairo - DTP
- Liliam Rose Freire – CET
- Lucas Bispo dos Santos - SMT
- Michele Perea – SMT
- Nancy Shcneider – CET
- Paulo Alexandre Matias - SMT
- Paulo Eduardo – SMT/ATE
- Rodrigo Barbosa Castilho – MPT
- Rosa Maria de Oliveira – CET

Participantes: Membros da CT – Motocicleta

- José Montal - ABRAMET
- Rodrigo Carlos Ferreira da Silva - SINDIMOTOSP

Observadores:

- Aquilla Couto – ABRAMET
- Davi Gomes
- Edgar Gringo - AMABR
- Giovanna Araujo
- Gustavo Magalhães Cazuze
- Rafael Stucchi – UFRJ
- Tamires Vellarino – Guest
- Valéria Beu – SEDERSP

Rodrigo – bom dia a todos, mais uma vez aqui nesta Câmara Temática eu particularmente sinto que estamos chovendo no molhado, há muito tempo sabemos as causas de tudo, de fato não há nada concreto por parte do Poder Público, esta Câmara Temática vai completar três anos e não saiu nada de concreto por aqui, nós nos reunimos, conversamos, mandamos pautas, discutimos, não sai nada, nem o que é Lei saiu, acho importante porque tudo resulta nos acidentes, a precarização no cumprimento das Leis existentes, têm três Leis Federais, duas resoluções do CONTRAN, uma Lei Municipal e sete Portarias que regulamentam a nossa atividade, fica aqui discutindo o óbvio, que é o cumprimento da Lei, acaba que a gente vai cansando, discutimos todos os fatores, todos os viés o próprio Ministério Público tem esse viés, que identificou as situações deu da precarização da relação, estamos vivendo essa grande pandemia no mundo onde todos ficaram em casa, da maioria que estava na rua era motofretista. O nível de morte de acidente explodiu. Os fatores foram identificados, nós continuamos na mesmice, um ponto importante do que o Senhor Montal pediu para o Dr. Rodrigo Castilho, do Ministério Público do Trabalho, que ele permaneça nessa Câmara, desde que ela iniciou, na Gestão do Haddad, pouca coisa saiu de concreto aqui, ficamos discutindo, apresentando proposta para o que de fato Poder Público possa tirar do papel, esse é o grande desafio aqui, quem está aqui há mais tempo, Doutor Rodrigo está chegando agora, nosso descontentamento é enorme, porque estamos falando as mesmas coisas há oito anos ou mais, gostaria de fazer uma reflexão a todos os membros aqui

dessa Câmara Temática, o que queremos com essa Câmara? - vamos ficara aqui todos os meses apresentando pautas ou vamos fazer algo, que realmente possa iniciar uma mudança, porque indicamos todos os problemas, todas as soluções foram apresentadas, mas de concreto por parte do Poder Público não saiu nada.

Montal – Realmente o tema é muito difícil, não é fácil são muitas variáveis que constam o próprio Dr. Rodrigo Castilho comentou o com complexo do ponto de vista, que é uma questão social relevante, estamos falando de uma doença chamada serviço de trânsito, que é a primeira causa de morte entre todas as causas, morte de jovens até 29/30 achar um mecanismo que contenha isso, talvez seja um grande desafio que temos nessas reuniões que se prolongam e que tem perturbado nosso amigo Rodrigo do Sindimoto.

Rosa – apresentou o Paulo Eduardo que assumiu a chefia da Assessoria Técnica da Secretaria de Mobilidade e Trânsito e passou a palavra para ele.

Paulo Eduardo - Bom dia a todos. É um prazer em conhecer uma satisfação muito grande poder participar dessa Câmara Temática muito importante, sou oriundo da CET conheço bastante sobre o tema, obviamente que estou aqui para contribuir compartilhar e aprender muito com vocês, sei que tem pessoas muito experientes conhecedoras do assunto, nossa ideia realmente é ouvir bastante, tentar construir caminhos para que as coisas realmente aconteçam, como bem o Rodrigo frisou, podem contar comigo nesta nova jornada na colaboração dessa Assessoria Técnica da Secretaria.

Dr. Aquilla - boa tarde, sou médico do tráfego com residência médica na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, atualmente sou preceptor da residência e faço doutorado na área de trânsito, consultor titular do Detran São Paulo, Diretor de dois departamentos da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, para mim sempre é um prazer estar junto em reunião com vocês, acompanho há quase dois anos junto com o Dr. Montal, achei bem interessante a pergunta do Dr. Rodrigo Castilho. Nós, da ABRAMET, acreditamos que os estudos epidemiológicos trazem para gente uma tríade, ou seja, a tríade do problema, informação e ação, sabendo qual é o problema ou aumento de número de sinistro.

Aumento de número de mortes no trânsito, compartilhamos informações, aprende também a informação junto com o grupo, daí sim a gente pode pensar em ação, essa trilha de sustentação é o que nos trouxe a ideia desse tema na pauta de hoje da Câmara Temática.

Faz uma apresentação,

As Motos no Brasil do Século XXI

- Por que os acidentes de Trânsito interessam ao setor de saúde?
- Como está a situação do País?
- O Problema dos Acidentes de Trânsito, Brasil;
- Vítimas Fatais;
- A Frota de Motocicletas;
- Habilitações;
- Analisando os fatores de Risco/Proteção;

Dr. Montal – algo que do ponto de vista de saúde pública tem muita relevância é uma causa importante de agravo à saúde, nós não temos conseguido controlar esse doença no caso, podemos notar ela tem sido muito negligenciada, por isso que a gente precisa do Socorro do Ministério Público do Trabalho; apesar de a lei brasileira ser considerada um dos melhores textos

de um pacto social de alto nível do ponto de vista da população da cidade não percebemos essa eficácia na realidade dos usuários da via.

Rodrigo - essa preocupação nós temos a pelo menos uma década, infelizmente a moto não foi tratada como realmente deveria ser, não foi inserida dentro do viário como um veículo de mobilidade na cidade de São Paulo infelizmente, sempre se olhou a moto como um intruso, como algo que deve ser banido deve ser distorcido no sentido da proibição de circulação de moto nas ruas das cidades São Paulo, com a pandemia aquele ditado, a males que vêm para bem, como a pandemia mostrou a importância do veículo motocicleta a atividade de motofrete foi o salvador de vida, salvador de emprego, salvador da questão social de hoje, quero deixar registrado aqui na Câmara Temática, estamos participando do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, pela primeira vez há uma grande sensibilidade no Plano Diretor para inclusão da moto como realmente o mérito que ela merece, ela está participando da mobilidade da cidade de São Paulo, estivemos diante de uma epidemia chamada mobilidade por aplicativo, os aplicativos estão na contramão da segurança da questão do motofrete, são empresas que estão no país desrespeitando todas as nossas Leis, se quer comparecem num debate como este, acredito que não tem ninguém do aplicativo hoje na reunião, na reunião passada estavam quase todos, vejo com oportunista, no meu ponto de vista, eles só estão onde interessam a eles, quando a reunião mostrar a realidade, eles pula fora, para você ter uma ideia Paulo Eduardo, a Lei na cidade de São Paulo proíbe uso de mochila, essa mochila ela é responsável por muitos acidentes por muitas sequelas, grande maioria dos analistas da CET, são defensores dessa proibição, aqui na Cidade de São Paulo tem uma Lei que proíbe mochila e todo dia nós vemos mochila na cidade de São Paulo tem uma Lei de 2007 onde tem uma regra para você querermos utilizar o serviço de motofrete, existe regra para você exercer a profissão que não é cumprida, estamos nessa discussão há muito tempo e nada acontece.

Vemos a prefeitura fazendo parceria com empresas de aplicativo, empresas que descumprem a Lei, no sábado teve um evento do DETRAN aqui no Sambódromo, na Semana Nacional do Trânsito, nesse dia o IFood fez promoção das 9:00 horas às 23:00 horas, o IFood estava lá com o Detran e colocou o estande deles dentro de uma prerrogativa de segurança da Semana Nacional do Trânsito.

Qual é a política para motocicleta, temos Leis, temos propostas, aqui são discutidas amplas propostas, várias discussões, no meu ponto de vista a Prefeitura fica refém dessas empresas aplicativo, vem de fora regulamentada não contribui com a cidade por que não pagam impostos, não paga tributo, pergunto para Valéria quantos foram os profissionais deles sofreram acidentes morreram ou ficaram seque lados, quantos foram dos aplicativos que não respeitam nossas Leis.

Dr. Aquilla - só corrigindo um dado, com relação à seguradora Líder os dados do DPVAT, são só de quem entra com recursos, os dados utilizados pela ABRAMET são os dados oficiais do sistema de informação de fiscalização e sistema de informação de mortalidade.

Dr. Montal – talvez os dados do DPVAT possam sinalizar alguma coisa, mas do ponto de vista metodológico, eles carecem de credibilidade. Realmente, você pode reclamar da morte de alguém dois anos depois, eles não levam em consideração, os dados tem que ser filtrado. Quanto aos dados do DATASUS eles têm credibilidade Mundial considerado pela própria IOMS como um dos grandes parâmetros mundiais de coleta adequada de dados, essa questão dos valores que deixam os profissionais da moto absolutamente desprotegidos, parece que eles nem patrão têm uma coisa meio estranha do ponto de vista da relação empregatícia, estava aqui pensando com a Michele sobre a possibilidade de resgatar a autoestima de quem circula profissionalmente numa moto submetendo a riscos, qual a razão de alguém que não preserva a própria vida, essas questões precisariam ser respondidas por essa Câmara Temática, o Rodrigo tem razão, não vejo muitos resultados, poderíamos termos mais.

Dr. Rodrigo - vou inteirar as falas que tenho feito na comissão, a questão da relação jurídica com os entregadores com as empresas de aplicativos em relação ao emprego se são autônomos ou uma terceira categoria, é uma discussão que o foro competente a nível Legislativo é o Congresso Nacional por se trata de uma matéria relacionada ao direito do trabalho, os Estados e Municípios não poderão legislar sobre isso, direito trabalho em relação privada, pode legislar sobre trabalho na sua relação com seus servidores, esse debate está posto no Congresso Nacional, a diversos projetos de lei em tramitação, o Ministério Público do Trabalho tem participado através de todas as suas comissões para tentar esclarecer, ajudar no Parlamento Federal para encontrar a melhor

solução nestes casos até pela nossa experiência o Ministério Público ingressou com diversas ações, têm trabalhado contra aplicativos tanto com relação à questão de segurança e saúde do trabalho no período de COVID, ações civis públicas com pedido de declaração de vínculo de emprego o Poder Judiciário prefere uma posição de autocontenção com muita reserva de interferir nessas relações, determinando o que seria o correto, nosso trabalho é tentar continuar com um Fórum de ideias, temos que colocar as ideias para ser debatido, o Judiciário ainda não está maduro para receber essa discussão, entende que essa discussão deve ser tratada pelo Parlamento.

Lilium - quero parabenizar pela pesquisa e apresentação do Dr. Aquilla, foi muito boa. Quero elogiar os dados, sempre falamos muito nos nossos estudos, projetos e políticas, precisamos exatamente desses dados sistematizados. Eles são muito importantes para a nós. O DETRAN apresentou uma pesquisa sobre o perfil do motofretista em um evento presencial. O Rodrigo e o Gringo comentaram que por mais que façamos pesquisa, ainda faltam dados.

Dr. Montal – quero fazer uma pergunta rapidamente para Lilium, quando falamos em frota estacionada ela não representa risco, existe alguma medida da frota circulante por parte da Prefeitura? Lilium responde que não pode responder no momento. .

Valéria – não sei o que acontece nesta Câmara Temática, que se cria uma expectativa e nada sai do papel não estamos querendo criar novas regulamentações, queremos apenas que se cumpra o que já existe na Lei, que por sinal já é muita coisa.

Michele – fala sobre o grupo criado para cuidar da regulamentação dos aplicativos. Explica que foi criado um grupo para desenvolver uma minuta de regulamentação e essa está em análise pela Secretaria de Governo.

Diz ainda que várias outras ações estão previstas no Programa de Metas da Gestão 21-24. Dentre elas, o Programa Frente Segura, que prevê a implantação de Box para motociclistas. Do total pactuado, quase todos foram implantados em 2021.

Sobre programas de conscientização, passado o período de pandemia, a CET retomará o Programa Motociclista Seguro, em parceria com a Polícia Militar.

Iniciamos as conversas entre Detran, e SMT (DTP) para simplificação dos processos de regularização de motofretista. Todas essas ações citadas saíram da Câmara Temática. Foram várias ações voltadas para a segurança do motociclista, ao contrário do que foi falado que nada saiu do papel.

Gringo - uma pergunta que o Dr. Montal fez e ficou sem resposta: “porque o pessoal se arrisca dessa forma, porque estão procurando essa profissão”? No meu ponto de vista, somos na maioria da periferia aonde chegou pouca escolaridade para nós, a pouca escolaridade que chegou, ainda chegou muito precária, a forma que a gente viu de conseguir ganhar um valor para viver com dignidade, foi essa, ariscando a vida, só que ao longo dos anos fui tentando entender porque eu ganhava, mas não ficava com quase nada, a gente chegou ao entendimento agora com ajuda do SEBRAE, de que não é só o faturamento e os gastos mensais, também tem outra conta que a gente não faz, que a depreciação do veículo, a roupa que você usa a gente não foi treinado para isso ninguém nos educou para isso, acaba que nós usamos o dinheiro que era para ser reservado, como se fosse parte do nosso pagamento, quando começa a se depreciar o veículo, você trabalha com veículo depreciado, começa a se alimentar mal, começa há trabalhar mais horas, quando uma pessoa passa por tudo isso, tende a resultar em acidente, esse é um dos motivos que vejo por experiência própria da procura dessa profissão, outra ilusão, antes de montar a Associação eu não tinha esses dados, precisa melhorar muito, muito a formação é necessária colocar Educação de Trânsito de forma forte nas escolas para ter resultados em longo prazo, em curto prazo fazer situações iguais o DETRAN está fazendo agora, que é por a mão na massa ir para cima do problema simplificar a situação sem perder a qualidade do negócio, conversando com o pessoal no DETRAN vejo uma vontade de resolver.

Como foi comentado pela Valéria, não temos que criar novas Leis, cadê a Prefeitura de São Paulo, quando ela quer é competente na hora de aplicar uma multa, ela é competente na hora de diversas situações que está a favor dela, essa que deveria ser uma gigantesca atitude que está fazendo a Saúde Pública perder tanto dinheiro para acidente, nós não vemos o mesmo engajamento a fim de botar regra, mostrar para o aplicativo, quem manda aqui é nós, vocês tem que pedir autorização para fazer o qualquer coisa, igual vocês fazem com os Comerciantes, ser tão severo na hora de fechar os estabelecimentos, para isso funcionar de fato, gostaria até de saber do Dr. Rodrigo do Ministério Público do Trabalho, se é possível fazer uma denúncia para o Ministério Público, para que ele entre nessa ação para que o Prefeito faça o que tem que ser feito, outra possibilidade se tem como entrar na linha dos CLT como colocar uma tabela mínima para que o entregador viva com dignidade, está faltando postura, rigidez da Prefeitura igual ela fez com o comerciante na época da pandemia, que ela faça o mesmo com os aplicativos, dando como exemplo o que o DETRAN está fazendo, simplificar para que todos tenham acesso à regulamentação sem perder a qualidade, e o foco que é a diminuição de acidente.

Rodrigo - nós não precisamos de Lei, não precisamos de regulamento, a Michele comentou que saiu a regulamentação dos aplicativos, mas o que saiu uma regulamentação de taxamento, não saiu um regulamento para cobrança deles da Lei, porque essa Lei vem do Município a pedido a uma gestão que a gente fez diante a Câmara a simplificação de documento é algo que a gente está pedindo há muitos anos desde a gestão do Haddad, o que o Gringo falou.

Realmente no caso do Fórum específico para uma cobrança do Município é o Ministério Público Estadual tem uma Lei a Prefeitura está preconizando nesse sentido, porque a Lei está aí e não está sendo cumprido, o DETRAN assumiu o posto legítimo como contribuinte, mas o legislador a Lei não é do DETRAN, a Lei da cidade de São Paulo é da Câmara Municipal como a própria Prefeitura queria fazer o decreto para regulamentar para cobrar do aplicativo valores, realmente é uma insatisfação, conversei com vários conselheiros que apesar de discutirmos muito aqui, o tempo de ação que a gente quer não é efetivo, a Prefeitura de São Paulo em relação a essas empresas de aplicativo, o que elas estão contribuindo nada, porque o emprego já existia, eles arrebanharam esta categoria a monetização do valor pago é que vai ser o divisor para esses para essa redução dos acidentes, para que ele se sinta valorizado que ele se sinta pressionado, nós temos três Leis Federais, uma delas determina o requisito de segurança, não estamos falando aqui de requisitos sobre a relação do trabalho, mas sim o comprimento de exigência do Código de Trânsito Brasileiro.

Dr. Montal – existe uma razão sociológica, a precariedade em que se vivem estes jovens, autoestima, rebaixada a submissão a um contrato de trabalho que nem é contrato é algo que você não sabe quem é seu patrão, você não tem proteção previdenciária quando se acidenta a própria formação desse condutor, tudo como se fosse um sonho, você tem a bicicleta daqui a pouco se almeja moto, mas na hora da formação essa pessoa penetrar no mundo de risco que do trânsito motorizado, a própria autoescola ensina a dirigir fora do contexto da via pública, depois habilita essa pessoa sem que ela tenha jamais pilotado nas vias públicas.

A formação absolutamente precária, fato de você estar recém-habilitado é um dos fatores de risco de maior relevância, são jovens morrendo, jovem que precisam se alimentarem ajudar a família, eles estraram sempre se colocando em situação de risco.

Dr. Rodrigo - minha consideração final vai ao mesmo sentido do que eu falei no começo, outro dia em uma manifestação judicial citei alteração da Lei que permite o transporte privado remunerado de pessoas apenas através de uma empresa de aplicativo, ou seja, uma reserva de mercado para empresa de aplicativo, agora ela pode concorrer nesse mercado de transporte pessoas junto com os taxistas, mas não há nenhuma regulação de entrada para essas empresas, elas podem entrar no mercado e gerir um negócio dela sem cumprir nenhum requisito legal, li toda essa legislação que incluiu essa permissão, esse é paradoxo os próprios trabalhadores não podem se reunir em uma cooperativa, por exemplo, na associação e prestar o serviço por conta própria de transporte pessoas, por exemplo, para concorrer com a Uber só através de uma plataforma só através da empresa digital numa Uber, 99 Táxi, o trabalhador não pode ofertar ele próprio esse serviços remunerados de pessoa porque ele está contra Lei, lendo a Legislação essas empresas não tem nenhuma responsabilidade pelo serviço prestado pelo motorista, elas não tem responsabilidade por custear ou pagar nada para esse motorista, nos casos entregadores, adicional de periculosidade, seguro acidente, manutenção da moto ou ao menos fiscalizar se essa

moto se está com condições de operar, ele apenas precisa apresentar carteira de motorista com a sua habilitação de moto já pode se habilitar no aplicativo começar operar, ha muitas Leis regulando essa profissão, concorda também que falaram uma Legislação só basta para regular a profissão de motofretista, não desconheço isso, ainda não há nenhuma legislação que impõe as empresas de aplicativo a qualquer obrigação com relação a essas pessoas, essas empresas se consideram plataforma digitais agenciadores não se consideram empresas de transportes, o Poder Judiciário não se manifesta sobre isso de forma determinante o Legislativo Federal também não, portanto ao vaco, essas empresas diz, eu. Não tenho nada a ver com isso, nenhuma responsabilidade que essas Leis que foram feitas para as empresas de transporte na relação com seus trabalhadores, eu não tenho nenhum trabalhador vinculado a mim eu sou apenas uma plataforma tecnologia, nesse sentido que eu coloco a ideia de que uma Legislação Municipal, Estadual ou Federal que regulem as normas de segurança e saúde para as empresas que se colocam como aplicativo, que elas têm responsabilidade por aquele trabalhador, por aquele transporte que é feito, nesse sentido que eu coloco, eu desconheço senhores, podem até me apresentar, não há nenhuma Legislação que responsabiliza expressamente as empresas de aplicativos, é nesse vácuo que essas empresas saem para não ter nenhuma responsabilidade. No Ministério Público, também ficamos aqui de mãos atadas por queremos implementação das Leis, só que nós não estamos conseguindo reverberação no Judiciário, hoje já entendi que essas Leis não se aplicam as empresas de aplicativo, esse é o grande ponto da discussão atual presente que o Ministério Público enfrenta.

Rodrigo – quero discordar do Procurador do Ministério Público, por que a Lei Federal no seu artigo 100 diz que qualquer pessoa jurídica que empregar ou firmar contrato que é o que a empresa aplicativo faz um contrato, a Lei Federal generaliza qualquer personalidade jurídica, seja ela porque a atividade de motofrete está em mais 170 segmentos comerciais, ou seja, qualquer pessoa jurídica se aplica ela sim o artigo seis e artigo sete da Lei 12.009 qualquer pessoa jurídica seja intermediador, indústria, comércio, prestadora de serviço, ou seja, quem tem um CNPJ.

Dr. Rodrigo – não quero polemizar, mas a tese não é tão simples assim, estas empresas alegam que o contrato não é feito por elas, é feito pelo consumidor, tomador de serviço de transporte e o prestador, elas dizem que não tem nada haver com isso, essa tese está tendo reverberação em todos os Tribunais do Brasil inclusive no STJ, este contrato é feito entre a pessoa que contrata o motorista de UBER e o motorista do UBER, a própria Ubre não tem nada haver com isso, está no STJ e Tribunal Superior, possivelmente o Supremo vai encampar essa tese também, não é tão simples assim.

Gringo - acho que deveria trazer o PROCON para essa reunião também.

Dr. Montal - já foi proposto isso aqui Paulo que trouxesse um representante da Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, essa questão que o Dr. Rodrigo colocou que vai decidir isso na jurisprudência que hoje está na proteção das plataformas, talvez fosse um bom recurso convidarmos alguém dessa are do Judiciário, para poder participar aqui nesta reunião.

Amélia – é minha primeira participação nessa Câmara Temática, assumi há pouco tempo à coordenação do Programa Respeito à Vida que engloba o motofretista seguro agradece as palavras do Gringo do reconhecimento do nosso esforço do nosso empenho para tentar melhorar as condições da categoria, com incentivos concursos, com eventos e tentar elevar a autoestima a que eu chamo de Heróis anônimos da pandemia, minha pergunta é muito técnica muito direta porque nós também temos o Infosiga que avalia os indicadores dos acidentes de todos os modais, especificamente dos de moto que é o tema dessa Câmara, percebemos também que aqui em São Paulo que tem um desenvolvimento linear, todos os índices abaixaram menos os de moto, ontem coincidentemente estava conversando com Evandro sobre esse dado da frota que ingressa na malha Viária, nós temos dado de quem ingressa, não temos dado de quem sai, queria saber se alguém tem esse dado.

Rodrigo – Amélia você sabe dizer como está o andamento do IPT, você tem um algum posicionamento, que já faz quase um ano de discussão, que acabou não saindo do papel, o DETRAN realmente vai fazer o convênio ou não vai fazer? Se a gente pode estender esse convênio para a Prefeitura se há interesse da Prefeitura em fazer esse convênio também.

Amélia – sei que esse é um objeto interno, fiquei bem sensível ao tema, neste momento temos uma reunião marcada com os dirigentes do IPT eles apresentaram uma proposta que não contemplava nossas necessidades, nosso Presidente Neto, solicitou uma conversa com eles para explicar exatamente o que a gente precisa, aquilo que a gente demandou me parece que eles não estão se sentindo confortáveis para atender, não quero me estender nas explicações sobre pena de falar alguma impropriedade, mas em linhas gerais é isso, está sendo marcada para esses dias essa reunião, tenho insistido perguntado no gabinete como está questão até por conta da demanda de vocês.

Gringo – Dr. Rodrigo, é possível o Ministério de o Trabalho fazer uma tabela de preços mínimos para que o entregador possa trabalhar e viver com dignidade, existe um caminho que o Senhor tenha conhecimento e possa compartilhar, quando a Prefeitura não cumpre com suas obrigações, o que podemos fazer para que a Prefeitura cumpra suas obrigações, não queremos simplesmente que se cumpra a Lei e saiam à rua prendendo moto, queremos que dê condições semelhante ao que o DETRAN está fazendo, lembrar ao Jairo, que a parte de protocolo no DTP, continua demorando muito.

Dr. Montal – Gringo, somente louvei os temas que você trouxe para o debate aqui eles são imprescindíveis para a gente entender a lógica do acidente e eles devem ser levados em consideração pelo coletivo aqui na Câmara Temática.

Michele – **Apenas complementando a fala do Rodrigo, a taxa de citada na minuta de regulamentação do OTEs são para as empresas de tecnologia e não aos motoristas parceiros.**

Jairo – em função da Semana Nacional de Trânsito, estamos promovendo um evento com apoio do Sest Senat para conscientizar os motoristas e pilotos das modalidades que estão com a gente aqui em São Paulo, considerando a apresentação Dr. Aquilla, acho que o maior fator contribuinte para estes números entristecedor, é a consciência e responsabilidade do motociclista, do motofretista, referente à demora do protocolo está com muita demanda represada, aqui vi eu estamos sabendo dessa demora, mas a orientação é que não podemos suprimir a ordem cronológica dos atendimentos, estamos priorizando os atendimentos de acordo com a ordem de chegada, sobre o que o Dr. falou a pouco das 86 é de se ficar indignado, não que eu seja do contra, temos indícios e evidência para mostrar a quem queira que haja vínculo empregatício das 86 com os vulgo/parceiros que eles dizem que tem, ela pune também quando o parceiro recusa viagem, ela que faz o cadastro, como o núcleo é a segurança, o que causou estranheza em 2019 foi saber que ela não é empresa de carro, mas foi ela que ingressou na justiça para que a Municipalidade aqui em São Paulo, não exigisse dos seus credenciados. Com todo respeito a todos aqui, mais de nada vai valer essa nossa reunião esse nosso bate-papo, tudo isso que a gente está ouvindo, quem contribui, outro complementa se nós não conseguirmos transformar isso num plano de ação, acho que temos que transformar isso num plano de ação, procurar os principais pontos entender o que fazer e quando tudo isso será entregue.

Ilana – quero elogiar apresentação, é importante ver que existem pessoas que estão aqui representadas e grupos e instituições que buscam uma melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que estão enfrentando tantas dificuldades, discordo do Rodrigo quando ele fala que a Prefeitura que tem que resolver tudo, eu como representante aqui da Prefeitura não consigo ficar quieta, aqui mesmo vimos todos os fatores que estão envolvidos nesse problema, a questão da sociedade, o que podemos fazer enquanto grupo, para fazer com que a sociedade consiga enxergar o motorista como uma pessoa que está ali e que está trabalhando, fazendo a entrega, porque ele não é robô, como ele é visto pelos aplicativos até pelas pessoas que recebem a encomenda, o que pode ser feito, para ter realmente uma fiscalização desses aplicativos, isso não é um problema só no Brasil é problema no mundo inteiro, Dr Rodrigo comentou aqui sobre a questão do Uber também estamos acompanhando, são as mesmas questões, para o DETRAN por conta também da formação, autoestima, todos nós estamos envolvidos, sindicato fazendo a sua parte, trazendo mais esse público para representação. Dr, Montal colocou uma coisa que tem que ser pensado sim, os fatores que levam um motofretista ter aquela determinada atitude, mais do que os fatores que leva ele a ter atitude de risco, quais as mensagens que podemos passar em campanha e educação, quando analisamos o comportamento para que de fato tenha um

resultado, todos nós devemos perseguir, procurar saber se aquilo que estamos passando é o suficiente.

Paulo Eduardo – a Câmara Temática hoje foi muito esclarecedora. A apresentação feita pela ABRAMET também nos mostrou números importantes, nós aqui, enquanto Secretária, temos um papel fundamental. Temos que ouvir, entender e transformar isso em políticas, fazer acontecer, estamos muito empenhados em fazer. Apesar de muitas coisas estarem sendo feitas a questão toda passa por essa cadeia produtiva completa da origem até o final, talvez deva ser uma questão mais multidisciplinar mesmo, para nós alcançarmos esses objetivos, sabemos que ainda há muito para se fazer. Não conheço ainda todos os participantes aqui, mas as histórias que ouvimos, são depoimentos de quem realmente conhece o setor. O que a gente precisa fazer enquanto órgão público é transformar isso em políticas públicas. Estou chegando agora na Assessoria Técnica, mas tenho muito tempo nesta Secretária. Temos que ouvir e entender para realmente avançar com esse assunto, e que tenhamos resultados mais favoráveis.

Fico sempre à disposição independentemente desse espaço da Câmara Temática, para qualquer outra conversa, qualquer outro entendimento.

Gringo - sobre Políticas Públicas, quero deixar uma sugestão na hora que for estudar sobre os atos do aplicativo. Sei que quando se abre um estabelecimento, você precisa da Vigilância Sanitária, precisa de um monte de autorização. Quando um aplicativo cadastra esse restaurante eles não pedem nada, a gente não sabe nem o que está sendo vendido nesse restaurante. Seria importante colocar isso como uma regra para cadastrar restaurante no aplicativo, da mesma forma também informar qual a finalidade desse aplicativo, se tem como atividade o motofrete. Se for ele teria que cumprir a lei. Já que o DTP está sobrecarregado, vocês que tem mais contato com o Secretário, por gentileza dá uma olhada nessa situação, estamos desanimados com a documentação que está demorando muito, é burocrático demais.

Paulo Eduardo – obrigada a todos, estamos à disposição.